

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

L E I n. 405

Autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal do Espírito Santo para financiamento de aquisição de veículos e dá outras provisões.

A Câmara Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, de atribuição legal, manda que tenha execução a seguinte lei:

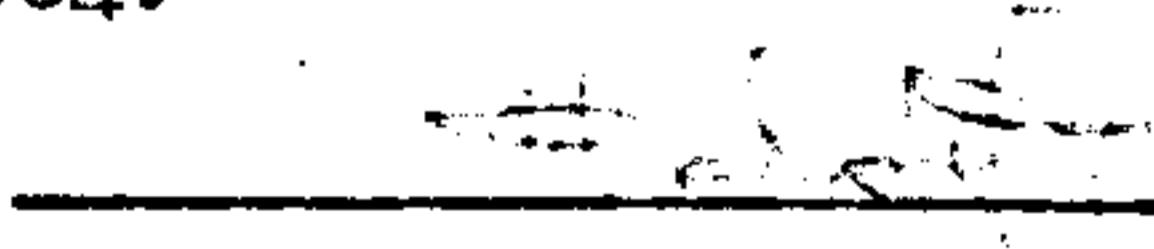
Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar com a Caixa Econômica Federal do Espírito Santo um empréstimo até cr\$60.000 (sessenta milhões de cruzados), pagável no prazo de 15 (quinze) anos juros máximo de 12% (doze por cento) ao ano, eleváveis de 1% cento) ao ano, em caso de mora, para fim de financiamento de aquisição de uma motoniveladora nº 12 "caterpillar" e uma basculanete marca "violet", último modelo, cujo maquinário deverá incorporar-se ao patrimônio municipal.

Art. 2º - Fica ainda autorizado ao Prefeito Municipal dar em garantia do mútuo referido no artigo anterior, 50% (cinquenta por cento) da cota do imposto de consumo e 50% (cinquenta por cento) da cota do fundo rodoviário nacional, devidas ao município na forma prevista em lei, assim aceitar as condições, inclusive taxas, normalmente estipuladas entre a Caixa Econômica Federal do Espírito Santo em financiamento e tureza.

Art. 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal do Espírito Santo, procurador da Prefeitura de Santa Teresa, com poderes irrevogáveis e retratáveis para representar a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional deste Estado ou repartição competente 50% (cinquenta por cento) da cota do imposto de consumo e 50% (cinquenta por cento) da cota do fundo rodoviários nacional, devidas ao município, estipulando no contrato de financiamento que o montante correspondente às referidas cotas ficará depositado na Caixa Econômica Federal do Espírito Santo, em conta da Prefeitura Municipal e aos juizinhos, podendo, no entanto, ser retida pela credora quantia não suficiente para liquidação de prestações vencidas, juros e taxas acordadas no contrato que vai se celebrar.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Teresa, em 29 de novembro de 1964.-



Presidente da Câmara